



MÉDIO TEJO
COMUNIDADE
INTERMUNICIPAL

REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO -

Ata n.º 01/2017

Data – 26/04/2017

Início – 21h00

Local – Cidade de Tomar, na sede da CIM do Médio Tejo - Convento de São Francisco

Termo – 22h30

Presenças – Lista Anexa

ATA n.º 01/2017

Ao vigésimo sexto dia do mês de abril de 2017 com início pelas vinte e uma horas, teve lugar, no auditório da sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, a reunião ordinária de abril/2017 da Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Antes da Ordem do Dia:

1. Aprovação da ata
2. Período antes da ordem do dia.

Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo;
2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas;
3. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação constante na prestação de contas;
4. Aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento;
5. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal;



Antes da Ordem do Dia:

1. Aprovação da Ata ----- -----

Foi presente à reunião da Assembleia Intermunicipal a ata da última reunião, 28 de novembro/2016, anexa à presente ata e da qual faz parte integrante.-----

O deputado Manuel de Sousa Ligeiro solicitou que na proposta n.º 2 da ordem do dia ficasse na ata do dia 28 de novembro, a votação referente às forças políticas, ou seja, referir que o documento foi aprovado por maioria com 5 abstenções, 4 da CDU e 1 do CDS.

Deliberação: Aprovada por maioria com 5 abstenções, 4 da CDU e 1 do CDS.



2. Período antes da ordem do dia -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal de seguida começou por referir as faltas dos deputados e respetivas substituições, conforme é descrito nos quadros que se seguem:

Faltas e respetivas substituições:

NOME	SUBSTITUTO
João António de Matos Lérias - PS do Entroncamento	José Francisco Matos Rodrigues Leote - PS do Entroncamento
Silvestre Luciano Gonçalves Pereira - PS de Alcanena	Henrique Lobo Ferreira - PS de Alcanena
António Ribeiro Gameiro - PS de Ourém	Alberto José Pires Craveiro - PS de Ourém
Arnaldo Filipe Rodrigues dos Santos - PSD de Torres Novas	António Manuel Calado Nobre - PSD de Torres Novas

Faltas se substituição:

NOME
Cândido Manuel da Silva Marques - ICA



Ordem do dia:

1. Informação da atividade da CIM do Médio Tejo -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal passou a palavra para a Vice-presidente da CIM do Médio Tejo, Júlia Amorim. Por sua vez a Vice-presidente cumprimentou todos os presentes, esclarecendo que hoje estaria em representação da Presidente do Conselho Intermunicipal, que, por razões de natureza pessoal e de saúde não poderia acompanhar os trabalhos.

Esclareceu que iria acompanhar este ponto uma apresentação um power point complementar para que todos pudessem também acompanhar e iria tentar ser o mais sucinta possível.

Começou por fazer um ponto de situação da execução orçamental da CIM para o ano de 2017, referindo que parte da receita executada no ano de 2017, diz respeito ao pagamento da quota por parte das autarquias do Médio Tejo, aguardando-se ainda a aprovação de candidaturas submetidas, o que se irá refletir a curto prazo na execução da receita.

Quanto à execução financeira, a mesma diz respeito a despesas pagas, não refletindo os compromissos já assumidos (execução física), cujo plano de pagamentos está suspenso de modo a garantir a elegibilidade temporal das despesas (FSE - 60 dias antes do aviso de concurso para submissão de candidaturas).

No âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial foi também efetuado um ponto de situação da execução no que diz respeito a projetos e dotações contratualizadas.

Foi referido que ainda se aguarda abertura de avisos de candidatura de 4 das 12 prioridades de investimento contratualizadas no PDCT, que correspondem a 30% da dotação contratualizada (apoios ao emprego e criação de empresas; inclusão social, envelhecimento ativo).

O aviso de concurso para a Eficiência Energética encerrou a 13 de abril/2017, estando agora a aguardar um novo aviso de concurso com novas regras.

Relativamente aos projetos contratualizados, cujo promotor é a CIM do Médio Tejo (no total cerca 21 M€), apenas se verificou abertura de 4 avisos de candidatura (modernização

administrativa, videovigilância de incêndios, património natural e plano de combate ao insucesso e abandono escolar), correspondendo a 33% da dotação contratualizada para os projetos intermunicipais (cerca de 7 M€).-----

No que se refere aos projetos contratualizados com o POISE (inclusão social, envelhecimento ativo), deu-se conta que ainda não existe qualquer orientação/articulação com esta CIM para a operacionalização destes investimentos.-----

Deu conta das outras candidaturas fora do PDCT, evidenciando que se encontram em preparação as candidaturas aos Produtos Turísticos Integrados de Base Intermunicipal, bem como a Valorização dos Recursos Endógenos.-----

Unidades Móveis de Saúde, uma candidatura submetida em outubro de 2016 para a aquisição de 13 viaturas elétricas em que a CIM do Médio Tejo é a entidade promotora, mediante protocolo de parceria com a ARSLVT e a ARS do Centro. A CIM do Médio Tejo fica responsável pela aquisição das referidas viaturas, bem como o respetivo aluguer das baterias elétricas. Estas viaturas serão propriedade de cada uma das autarquias, ficando assim alocado a atividade da saúde no território dos concelhos que as integram.-----

Um outro projeto, sendo um dos com maior expressão financeira, dado que tem uma dotação de 8,9 M€ é o projeto da **Educação de Excelência**. Um dos seus principais objetivos tem a ver com a redução do insucesso e da retenção escolares concretizando o princípio da equidade educativa pelo desenvolvimento de ações de apoio às crianças e jovens com dificuldade de aprendizagem; a redução do abandono escolar precoce; a promoção da cultura científica, a diversificação e coordenação das ofertas profissionalizantes de forma a adequá-las às oportunidades e necessidades do mercado de trabalho.-----

Médio Tejo Inclusivo, projeto que permitirá promover a inclusão social, combater a pobreza e promover o envelhecimento ativo no Médio Tejo. O conjunto de projetos nesta área apresentam uma dotação de 6,4M€.-----

Quanto ao projeto da **Eficiência Hídrica**, está-se a por em prática a redução de perdas de água, a gestão de caudais indevidos e em análise a realização de um projeto integrado no âmbito do Plano de Segurança da Água.-----

Sobre o **Cadastro em Baixa**, de referir que a candidatura foi aprovada em agosto de 2016, e será operacionalizada por 3 ações: -----

- Elaboração de cadastro das infraestruturas existentes em baixa AA e SAR e software de utilização e manutenção do SIG;-----

- Elaboração de ortofotocartografia à escala 1:2000;-----

- Conetor de interligação do sistema de gestão de clientes (CRM) com o sistema SIG.-----
Estima-se assim, o levantamento de 1809 Km e 1101KM de abastecimento de águas e saneamento residuais, respetivamente contribuindo assim para a informação e localização de de cerca de 43669 contadores e 14305 caixas de visita.-----

Deu-se igualmente nota de outras atividades no âmbito dos SIG, tais como o protocolo de colaboração entre a CIM do Médio Tejo e a EDP Distribuição, a utilização dos equipamentos GPS, os trabalhos de campo efetuados no âmbito do levantamento topográfico.-----

Abordados também os Planos Municipais de Segurança Rodoviária e os Sistema de Videovigilância para incêndios florestais. Quanto à videovigilância as componentes/ações de execução municipal das autarquias de Sertã e Vila de Rei, foram já executadas pelos municípios em causa.-----

Foi de igual modo referido, que a 29 de dezembro/2016 foi apresentada a candidatura da adaptação às alterações climáticas, estando-se a preparar a elaboração deste plano.-----

Central de Compras, já com 17 entidades aderentes tendo já sido gerada uma receita para a CIM de 99.103,12€ (faturação emitida até 2.º semestre de 2017).-----

Um outro projeto **Transporte a Pedido**, que foi alargado aos concelhos de Alcanena e Constância. Atualmente também a ser ultimados os trabalhos de operacionalização dos serviços para os concelhos da Sertã e Torres Novas, os quais se prevê que arranquem a curto prazo.-----

Outros projetos foram evidenciados, tal como é o caso da Afirmação Territorial do Médio Tejo, destacando-se o projeto das Rotas e Percursos do Médio Tejo e o Projeto Caminhos. ---

Terminada a intervenção da Vice-presidente Júlia Amorim, o Presidente da mesa passou a palavra aos deputados presentes na sala. A primeira inscrição foi do deputado Nuno Prazeres que gostava de ver a CIM do Médio Tejo a fazer uma maior aposta nos Caminhos de Fátima.-
O deputado Rui Ferreira, questionou sobre quais as démarches efetuadas sobre a eventual transferência da base aérea do Montijo para Tancos.-----
O deputado José Batista congratulou a CIM pelo seu percurso no âmbito do Projeto Caminhos, contudo pediu esclarecimentos sobre a razão da autarquia do Entroncamento este ano não estar prevista na programação, nem sequer prevista e assegurada a presença na Bolsa de Turismo de Lisboa.-----

O deputado Nuno Prazeres questionou no que diz respeito às unidades móveis de saúde, de quem era o encargo do aluguer de baterias.-----
O Presidente da Mesa passou a palavra à Vice-Presidente que esclareceu a que presença das autarquias na BTL cabe às câmaras decidir e que os Caminhos de Fátima poderá ser visto, mas têm um eixo específico para se feito. Quanto às unidades móveis de saúde, cabe às câmaras comparticiparem o que não é financiado, a saúde comparticipa as baterias.-----

Deliberação: Os deputados tomaram conhecimento do documento apresentado sobre a atividade da CIM do Médio Tejo, apresentada pela Senhora Vice-Presidente da CIM, Júlia Amorim.



2. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas-----

O Presidente da Mesa, no que concerne ao presente ponto da ordem de trabalhos sugeriu que os deputados colocassem as suas dúvidas para serem esclarecidas posteriormente.-----
O deputado Manuel de Sousa Ligeiro efetuou a sua intervenção onde começou por referir o seguinte, que se transcreve:-----

“Na última Assembleia a CDU criticou o Orçamento por nele constarem rubricas de grande volume financeiro (ex: 02070115 – Outros Investimentos – 1 431 260,00 €), cujo destino não era explicitado.-----

Hoje, e relativamente aos documentos de Prestação de Contas, a CDU afirma que estes documentos contêm informação bastante e de boa qualidade que permite saber o que foi feito, o que não foi feito e as causas que não permitiram um maior grau de realização.-----

Aqui fica o merecido reconhecimento!-----

1 – A execução dos Projetos em 2016:

O espaço temporal de que dispomos não nos permite desenvolver com maior profundidade esta análise. Por isso referiremos apenas os Projetos. -----

Objetivo Estratégico 1 – Valorizar os Recursos Endógenos e do Potencial Turístico:-

Projecto	Execução Física	Execução Financeira
1 - Afirmação Territorial do Médio Tejo	50%	8.5%
2 - Apheleia	100%	0%

Objetivo Estratégico 2 – Incorporar o Valor na Atividade Empresarial:-----

Projecto	Execução Física	Execução Financeira
3 – Promoção do Empreendedorismo	0%	0%

Objetivo Estratégico 3 – Promoção da Coesão e da Qualidade de Vida:----- TRATAMENTO DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO TEJO 2014-2020 – OPERACIONALIZAÇÃO E MONITORIZAÇÃO-----

Projeto	Execução Física	Execução Financeira
4 – Educação de Excelência Médio Tejo	45%	17%
5 – Médio Tejo Inclusivo	8%	0,7%
6 – Unidades Moveis de Saúde	25%	0%

Objetivo Estratégico 4 – Consolidar a Massa Crítica Urbana:

ESRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO MÉDIO TEJO 2014-2020 – OPERACIONALIZAÇÃO E MONITORIZ-----

Projecto	Execução Física	Execução Financeira
7 – Melhoria da Mobilidade Médio Tejo	82%	67%
8 – Regeneração e Reabilitação Urbana MT	10%	0%
9 – Promoção Eficiência Energética Edifícios Públicos - Pólo Abrantes	15%	11%

Objetivo Estratégico 5 – Governar de Forma Inteligente e Multidimensional:

Projecto	Execução Física	Execução Financeira
10 – Portugal 2020 – Apoio e Contratualização	100%	100%
11 – Estratégia 2020 – Ped – MT – Operacionalização e Monitorização	68%	68%
12 – Modernização Administrativa Médio Tejo	60%	58%
13 – Desenvolvimento Sistema Gestão Territorial	30%	3%
14 – Formação da Administração Local	77%	51%
15 – Sistema Integrado Segurança e Saúde no Trabalho	100%	100%

Excetuando o Objetivo Estratégico 5, que podemos considerar que teve uma execução globalmente razoável, o que resulta destes quadros é uma visão desoladora!-----
Estão em causa projetos no valor de muitos milhões de euros que esperam oportunidade para serem utilizados.-----

A economia do Médio Tejo tem urgência na aplicação desse financiamento. Amanhã poderá ser tarde!-----

Se a análise da atividade da CIMT se baseasse apenas nestes indicadores, concluir-se-ia que o ano de 2016 foi um ano de muito descanso!-----

Sabemos que não foi assim e que houve trabalho intenso nas atividades que dependem exclusivamente dos serviços, nomeadamente na preparação e planeamento de atividades dependentes de decisões exteriores à CIMT.-----

Das justificações encontradas, resumidamente, poderá concluir-se que se trabalhou muito na preparação dos projetos mas a tardia abertura dos avisos dos concursos fez deslizar para mais tarde a execução prática dos mesmos!-----

2 – A Execução Orçamental-----

----- **2.1 – Orçamento da Receita:-----**

As verbas orçamentadas, quer para as receitas quer para as despesas, ascenderam a 5 667 883,00 €.-----

A repartição entre verbas correntes e de capital é semelhante nas receitas e nas despesas. --

As receitas correntes e de capital cobradas ascenderam a 3 113 114,62 €, correspondendo a uma taxa de execução de 55%.-----

As taxas de execução da receita corrente e de capital foram 58% e 51% respetivamente.---

As principais fontes de receita foram as transferências de Fundos Comunitários (54,6%) e as Transferências dos Municípios (25%).-----

----- **2.2 – Orçamento da Despesa:-----**

Dos 5 667 883,00 € previstos em orçamento foram pagos 1 696 124,59 €, correspondendo-lhe a taxa de execução global de 30%. As taxas de execução das despesas correntes e de capital foram 41% e 14% respetivamente.-----

As rubricas “Despesas com Pessoal” com 41% e “Aquisição de Bens e Serviços” com 35,7% foram as mais representativas.-----

Esta execução orçamental reflete bem a pobreza que representou a execução dos projetos em 2016!-----

Com esta taxa de execução, o orçamento que à partida já não era muito ambicioso e ficava muito aquém do que seria desejável para o Médio Tejo, ficou demasiado curto e por isso a

CIMT não pode cumprir cabalmente as funções que lhe são atribuídas pelo Artº. 81º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.-----

3 – Reflexão sobre as causas da baixa taxa de execução-----

Estas baixas das taxas de execução merecem uma reflexão sobre as suas causas.-----

Da informação distribuída ressalta que houve muito trabalho de preparação para executar projetos dependentes de financiamento e aprovação por entidades exteriores à CIMT.-----

A falta de decisão atempada impediu a execução destes projetos, impediu a CIMT de cumprir as suas atribuições e impediu o Médio Tejo de dispor de financiamento de que tanto precisa.

Não é a CIMT que tem culpa nem os seus serviços nem o seu pessoal. O seu estatuto e os meios de que dispõe é que precisam de ser adequados!-----

É do conhecimento público que a CDU reclama há muito a criação das “Regiões Administrativas” previstas na CRP como forma de resolver os problemas regionais.-----

Porém enquanto essas autarquias não forem criadas é preciso que a transferência de competências assegure:-----

- Que as autarquias que recebam novas atribuições e competências tenham os poderes de planeamento, programação, execução, conservação e manutenção, fiscalização e que sejam acompanhadas de todos os meios que lhes estão afetos, nomeadamente a adequação dos meios às necessidades e a estabilidade de financiamento no exercício das atribuições que lhes estão cometidas.-----

Só nestas condições estas entidades intermunicipais terão condições para contribuir para o desenvolvimento local e melhorar a qualidade de vida da população que servem.-----

O voto de Abstenção da CDU tem, aqui, o significado de protesto contra a falta de meios de que a CIMT dispõe atualmente.”-----

Terminada a intervenção da CDU pediu para usar da palavra o deputado Eduardo Mendes, referindo que na página 235 deste documento não estava incluído o documento referente à certificação legal de contas, que não está presente na reunião e que não irá votar.-----

Quanto a este assunto, foi referido pela Vice-presidente se trata de um documento que não tem obrigatoriedade de ser presente na reunião do Conselho Intermunicipal, e que tudo foi feito de acordo com a lei, tendo efetivamente só agora ter sido entregue à CIM por parte do revisor oficial de contas.-----

Deliberação: O documento foi aprovado por maioria com abstenção das seguintes forças políticas: 5 abstenções da CDU 1 do CDS e uma do PSD



3. Apreciação do inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação constante na prestação de contas-----

Foi presente à Assembleia o documento referente ao inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais, o qual todos os deputados tomaram conhecimento. Tratando-se de um documento meramente informativo, o mesmo não carece de aprovação.-----

Deste modo todos tomaram conhecimento.-----

Deliberação: Os deputados tomaram conhecimento do documento em causa.



4. Aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento-----

O Presidente da Mesa da Assembleia passou a palavra à Vice-presidente da CIM do Médio Tejo que informou os presentes que a 1.ª revisão ao orçamento surge em virtude de aquando da preparação dos documentos previsionais para 2017 não existir a expectativa para

a constituição do Agrupamento Europeu para a Cooperação Territorial Interpal do Médio Tejo (AECT). Deste modo, e face aos trabalhos desenvolvidos até ao presente com a equipa técnica de Palencia existe a necessidade de adequar os nossos documentos a esta nova realidade.-----

Por esta razão informou-se da necessidade de serem incluídos 10 mil euros que se consubstancia numa abertura de uma conta bancária conjunta, demonstrando a participação social de cada uma das entidades.-----

Deliberação: Aprovada por maioria sem votos contra e com 4 abstenções.



5. Apresentação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia comentou tratar-se de um documento que por via do que decorre da lei, tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal.-----

A Senhora Vice-Presidente usou da palavra, comentando tratar-se de um documento que por via do que decorre da lei, que tem de ser apresentado a todos, dando assim a informação da lista dos compromissos plurianuais resultantes das adjudicações e/ou contratos que se celebraram desde a última sessão da Assembleia Intermunicipal.

Deliberação: Os deputados tomaram conhecimento do seu conteúdo



1. Intervenção do Público ao abrigo do ponto 6, do artigo 84.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 Janeiro-----

Não havendo mais intervenções, nem se confirmando a presença de público na sala o Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal da CIMT deu como encerrada a sessão.

